

Sarney e Ulysses começam a rediscutir a Aliança

Foto de Juan Carlos Gómez

Pacto agora será tentado com o apoio partidário

BRASÍLIA — Um amplo entendimento para refazer a Aliança Democrática começa a ser discutido hoje, na viagem para Carajás, entre o Presidente José Sarney e o Presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães. O acordo prevê a adaptação do documento "Compromisso com a Nação", firmado pelo Presidente Tancredo Neves com as lideranças da Frente Liberal, à nova correlação de forças depois da eleição de Governadores e constituintes.

Os entendimentos entre o PMDB e a cúpula do PFL não vão se restringir à conversa de Sarney com Ulysses. No final da tarde de ontem, o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Marco Maciel, enviou um recado ao Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, através do Deputado João Hermann (PMDB-SP), propondo um encontro para discutir as linhas mestras de uma nova política de sustentação ao Governo.

— Eu não posso falar sobre o que ainda vai acontecer, mas entendo que o PMDB está disposto a discutir um entendimento para uma nova política, inclusive econômica. O que aconteceu aqui é um fato menor — disse Mário Covas, ao ser informado, no início da noite, da disposição de Marco Maciel de conversar com o partido. Covas se referia ao "racha" entre o PMDB e o PFL na eleição da Mesa da Constituinte.

Ulysses também confirmou a disposição do seu partido em discutir um novo acordo político, afirmando que o PMDB tem interesse em manter a Aliança Democrática. — Não sei se no avião vai dar tempo para conversarmos, mas que vamos conversar não há dúvida. O PMDB tem interesse em manter suas alianças políticas, inclusive esta — disse ontem o Presidente da Constituinte ao deixar o plenário da Assembléia.

O diálogo entre as cúpulas do PFL, do PMDB e do Presidente Sarney começou a ser articulado no início da semana passada. O Vice-Líder do PMDB na Câmara, João Hermann, que mantém um bom relacionamento com a filha do Presidente, Roseana Sarney, procurou o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e sugeriu a costura de uma nova proposta política para o Governo.

O senhor já impediu um golpe e hoje acho que caminha para outro — começou João Hermann, lembrando a Antônio Carlos sua participação decisiva na articulação para eleger Tancredo Neves.

O Ministro concordou e prometeu levar o assunto ao Presidente Sarney. Na terça-feira desta semana, foi a vez de Antônio Carlos procurar Hermann, dando a entender que ob-

tivera o "sinal verde" do Presidente para levar a questão à frente.

Animado pelo que ouviu do Ministro das Comunicações, Hermann tomou a iniciativa de conversar com o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Marco Maciel, que o convidou para um almoço em sua residência, na quarta-feira. Na conversa de duas horas, segundo revelou João Hermann, Marco Maciel fez uma análise sobre a vitória do Senador Mário Covas para Líder na Constituinte, concluindo que o episódio colocara Ulysses Guimarães como interlocutor mais seguro junto ao Presidente Sarney.

Maciel, ainda segundo o relato de Hermann, chegou a alinhar os pontos principais para um entendimento entre os partidos que compõem a Aliança Democrática. Segundo o Ministro, as lideranças deveriam "marcar os compromissos" que foram cumpridos, constantes do documento elaborado pelo Presidente Tancredo.

Numa segunda etapa, deveria ser reescrito o restante do documento, tendo como base a nova correlação de forças. Finalmente, depois de alinhavado o novo compromisso, se discutiria a duração do mandato do Presidente Sarney.

De posse do posicionamento de Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, João Hermann tratou de procurar Ulysses, que concordou de pronto em negociar com os parceiros da Aliança.

— Doutor Ulysses, o Covas é hoje para o senhor o que o Teotônio Vilela representou durante a "Travessia" — disse João Hermann, argumentando que o Senador estava empurrando-o para posições mais avançadas. Ulysses concordou e disse que começaria a conversar com o Presidente Sarney na viagem para Carajás.

— E só varar a madrugada que se escreve o que a Nação deseja — disse Ulysses a Hermann, lembrando que os políticos têm condições para saber os anseios da sociedade.

Caso a costura do novo entendimento avance nos próximos dias, após as conversas do Presidente Sarney com Ulysses e do Senador Mário Covas com Marco Maciel, o mais provável é que a reforma ministerial seja adiada. E, nesse caso, não teria o significado de uma troca de nomes, mas sim de estabelecimento de uma nova política e de um novo projeto econômico.

O próprio Ministro da Casa Civil, no almoço com João Hermann, emitiu sinais de que a reforma ministerial deveria obedecer novos parâmetros.

— Não posso escalar um time na ofensiva contratando um goleiro — definiu Maciel.



Na audiência, Pedro Ivo (à esquerda do Presidente), Simon e Álvaro Dias (à direita) prometem apoiar Funaro

Presidente garante a Governadores que não vai mudar Ministros agora

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney garantiu ontem aos três Governadores do Sul — Pedro Simon (RS), Pedro Ivo (SC) e Álvaro Dias (PR) — que não vai fazer agora a reforma no Ministério, porque não é o momento ideal e sua prioridade imediata é solucionar a crise econômica do País.

— Não é hora de fazer reforma no Ministério. Antes de resolver a crise econômica não se fala em reforma — repetiu o Presidente, conforme o relato dos Governadores.

De acordo com Pedro Ivo, Sarney explicou que a indicação de Aníbal Teixeira para o Ministério do Planejamento não foi o início de um processo. O cargo tinha que ser preenchido após a saída de João Sayad. Sarney, no entanto, não fixou prazo para organizar a economia e nem para promover futuras alterações na equipe de Governo. Álvaro Dias disse que os três manifestaram total apoio ao Presidente em relação às medidas econômicas e à permanência do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Achem "até que há uma "conspiração internacional" para enfraquecer Funaro.

Os Governadores disseram que é preciso fortalecê-lo neste momento de negociação da dívida externa. Pa-

ra Simon, o PMDB devia fazer uma campanha mais eficiente para dar respaldo político à posição de suspender o pagamento dos juros da dívida. Embora não tenham reivindicado cargos no primeiro escalão, os três pediram a Sarney para indicar o Presidente da Eletrosul (atualmente é o pefelista Wilmar Dalagnol).

Segundo o Governador Pedro Simon, se as mudanças econômicas tiverem efeito positivo, não será preciso mudar o Ministério. Pedro Ivo concordou e Álvaro Dias acrescentou que, se houver reforma, o critério de escolha dos Ministros não deve ser geográfico, mas o da competência.

Em rápida entrevista na rampa do Palácio do Planalto, o Presidente não quis falar sobre reforma. Mas estava de bom humor.

— O senhor se sentiria mais à vontade com a demissão coletiva dos Ministros?

— Não vou tratar desse assunto com vocês — respondeu.

— Vai haver reforma ministerial? — insistiu outro repórter.

— Eu li isto hoje nos jornais.

Tampouco falou em reforma nas audiências de ontem a parlamentares. Ao Deputado Márcio Braga

(PMDB-RJ) repetiu que estava "acompanhando" pelos jornais.

Outro Deputado, Christovam Chirradia (PMDB-MG), ouviu do Presidente que não haverá reforma e que a saída de Sayad e sua substituição por Aníbal Teixeira constitui episódio isolado.

A bancada do PMDB do Rio, que foi reivindicar o pagamento de royalties pela produção de petróleo e derivados no Estado, o Presidente respondeu, de acordo com o Deputado Flávio Palmier da Veiga, que estava "providenciando". Outro integrante da bancada, Miro Teixeira, acredita que a reforma ministerial acontecerá brevemente e deverá atingir também os espaços do PFL, e não apenas do PMDB, como vem pregando o Secretário-Geral do PFL, Saulo Queiroz. Sobre a questão do mandato presidencial, Miro Teixeira disse que deve ser discutido logo pela bancada e nas comissões da Constituinte. Essa discussão, acrescenta Miro, deve ser precedida da definição do sistema de Governo, pois a duração do mandato depende disso.

Ao final, a bancada agradeceu os convênios firmados com a Caixa Econômica Federal (CEF) para o saneamento da Baixada Fluminense e Região dos Lagos.

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney está tentando articular, em várias etapas e frentes, uma espécie de pacto social que propiciaria um período de união nacional para retirar o País da atual crise. O que o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, iniciou sem muito sucesso, reunindo patrões e empregados, Sarney continuaria agora num âmbito maior e com o auxílio dos partidos políticos.

Um assessor direto do Presidente comentou ontem as declarações que o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, tem feito em defesa de um Governo de União Nacional, que passaria por uma disposição dos atuais Ministros de deixarem o Presidente à vontade para realizar a reforma ministerial que desejar. Maciel, que tem dado sinais de que deseja sair do Gabinete Civil e retornar ao Senado, não estaria falando por conta própria. Suas declarações seriam um recado do Presidente.

Assim, todas as últimas iniciativas de Sarney fariam parte de uma mesma articulação. Primeiro, ele conversou com os empresários em São Paulo sem a presença de Funaro. Na próxima semana, receberá sindicalistas na Granja do Torto. Enquanto isso, os economistas Pêrsio Arida e André Lara Resende preparam, a pedido do Presidente, um novo plano que realinhe preços e salários dando nova estabilidade à economia. Acreditando a economia, Sarney daria novo clima político para a reafirmação de seu mandato de seis anos. Ele previsa desta definição até meados de maio, quando pretende viajar à Índia e à China. Mas esta definição teria que ocorrer forçosamente até o final de maio, quando o Governo espera estar renegociando a dívida com os bancos internacionais.

O pacto nacional teria que passar pelo Congresso e pelos Governadores. Este seria o motivo pelo qual o Presidente necessitaria de poder contar, sem maiores constrangimentos, com todos os cargos ministeriais.

Primeiro ele atendeu ao Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, colocando na Seplan o Deputado Aníbal Teixeira. Agora se prepara para atender a Orestes Quércia, convidando Ralph Biasi para o Ministério da Indústria e Comércio. Em seguida, deve atender a um pedido dos Governadores nordestinos e chamar o Vice-Governador de Pernambuco, Carlos Wilson, para o Ministério do Interior.

PFL não comparece e beneficia os pequenos partidos na eleição da Mesa

BRASÍLIA — O PFL não compareceu à eleição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, confirmando a ausência feita após o impasse criado com o PMDB em torno da 1ª Vice-Presidência. Sem o acordo, os pequenos partidos foram os maiores beneficiados. O PDS, que teria a 3ª Secretaria, acabou indicando o 2º Vice-Presidente. O PTB, a quem caberia nomear um suplente, acabou elegendo o 3º Secretário.

Participaram da eleição da Mesa 314 constituintes, que elegeram: 1º Vice-Presidente, Mauro Benevides (PMDB-CE), 289 votos, 22 em branco; 2º Vice-Presidente, Jorge Arbage (PDS-PA), 264 votos, 27 em branco; 1º Secretário, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), 277 votos, 34 em branco; 2º Secretário, Mário Maia (PDT-AC), 260 votos, 51 em branco; 3º Secretário, Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), 298 votos, 13 em branco; 1º Suplente, Benedita da Silva (PT-RJ), 250 votos; 2º Suplente, Luís Soyler (PMDB-GO), 260 votos; 3º Suplente, Sotero Cunha (PDC-RJ), 225 votos.

Durante a votação, o Deputado Waldir Campello (PFL-DF) tentou obstruir a sessão, pedindo que fosse feita uma chamada nominal, para verificar se havia número de constituintes suficientes — 280 — para a eleição. O Presidente da Assembléia



José Lourenço conversa com Mauro Benevides

falou faria a chamada quando os constituintes colocassem as cédulas nas urnas. Imediatamente, o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) começou a ler os nomes dos parlamentares, sem esperar que eles manifestassem presença. Isso provocou mais um protesto pefelista.

Enquanto isso, como se estivesse distraída, a Deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) entrou na fila para colocar a cédula na urna. Antes, porém, foi alertada de que seu partido não estava participando da Mesa e do processo de eleição.

Negociação agora é para as comissões

BRASÍLIA — A derrota do PFL na composição da Mesa da Constituinte não será obstáculo ao entendimento na formação das comissões temáticas e, de resto, no processo de elaboração da nova Carta. Essa foi a garantia dada pelos Líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli, ao Líder do PMDB na Assembléia, Mário Covas.

O PFL, que antes havia ameaçado até mesmo elaborar uma Constituição paralela, não condicionou a nova posição à aventada hipótese de ser compensado com cargos nas comissões. Na verdade, o PMDB acha que essa garantia reforça a suspeita de que o partido não teve mais como recuar da posição de não compor a Mesa.

Covas fez essas revelações durante o almoço do Presidente de Portugal, Mário Soares, com as lideranças do Congresso no restaurante privativo da Câmara dos Deputados. Aquela altura, o Presidente do PMDB, Câmara e Constituinte, Ulysses Guimarães, ainda alimentava a esperança de que na própria solenidade fosse possível ainda um acordo de última hora e o PFL comparecesse à eleição da Mesa.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, afirmava o mesmo. Ele repetia a máxima política de que "até o último momento tudo é possível". E tentava reforçar seu otimismo com a informação de que o gráfico do Senado ficaria de prontidão até 15 minutos antes da eleição, para a eventual necessidade de confeccionar as cédulas incluindo o PFL na disputa.

Mulher fala sem inscrição

BRASÍLIA — "Somos a síntese da ternura da Nação", afirmou ontem a Deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), durante a "invasão" da Assembléia Nacional Constituinte pelas mulheres. Antes da eleição da Mesa, elas tomaram conta da Casa: sorrindo e pedindo licença, falaram da tribuna sem prévia inscrição, encheram as galerias para aplaudir suas 26 representantes e até sentaram no plenário, o que é proibido — o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, foi impedido quando visitou a Assembléia.

Entre as oradoras, Rose, Raquel Capibaribe (PMDB-AP), Cristina Tavares (PMDB-PE) e Benedita da Silva (PT-RJ) lembraram que as mulheres formam 51 por cento do eleitorado brasileiro.

— Não somos fortes por sermos maioria, mas por que somos na frente, para que todos reconheçam a nossa igualdade e nossos direitos — disse a parlamentar do Amapá. Elas conseguiram atrasar a eleição da Mesa em 15 minutos, mas quando se retiraram das galerias foram aplaudidas de pé por todos. Como para retribuir a gentileza, elas cantaram, de mãos dadas, o Hino Nacional.

Amaral propõe pena de morte

BRASÍLIA — O Líder do PDS na Câmara, Deputado Amaral Neto, apresentou ontem à Mesa da Constituinte uma proposta de emenda constitucional que institui a pena de morte no Brasil para os casos de assalto, roubo, sequestro e estupro de mulheres e crianças seguidos de morte.

Em relatório sobre a criminalidade, o Deputado argumenta que o efeito intimidativo da pena de morte é bastante eficaz para os que pretendem cometer crimes e "acaba com a impunidade".

CNBB MONTOU UM MINIPLÊNÁRIO PARA OUVIR CRÍTICAS E SUGESTÕES

Partidos discutem com bispos nova Constituição

BRASÍLIA — Convidados para debater com os bispos a futura Constituição, cerca de 90 constituintes transformaram, quarta-feira à noite, o auditório da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) num mini-plenário do Congresso Nacional, com discursos variados, votações, ameaças de tumulto e momentos de descontração. A exceção dos comunistas, compareceram todos os partidos que, de um modo geral, reconheceram a necessidade de novas reuniões e pediram para que a CNBB se coloque como canal de mobilização popular para a Constituinte.

A CNBB conseguiu reunir os mais variados tipos: ex-guerrilheiros, como o Deputado José Getúlio (PT-SP); ex-padres e ex-freiras, socialistas, evangélicos, liberais e naturalistas, católicos (progressistas e conservadores). Fez quem quis e o que quis.

De acordo com o Deputado Eduardo Jorge (PT-SP), o Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, "aprendeu como é difícil abrir a palavra ao parlamentar". Logo após o primeiro inscrito — o Senador Melra Filho (PMDB-

DF) que, a exemplo de outros, fez questão de apresentar como "católico, apostólico, romano" — o Bispo foi obrigado a colocar em votação a limitação do tempo para os oradores (25 se inscreveram).

Também não foram poupadas críticas à Igreja. A primeira veio do Deputado Messias Gois (PFL-SE) que, depois de chamar a atenção para a questão do divórcio, acusou "alguns padres de, com arroubo maior que o normal, incentivarem artistas entre proprietários e trabalhadores rurais". Do auditório surgiram vozes de protesto, se destacando a de Genoio: "Você já falou muito!". A reação foi imediata: "Se acha que falei muito, peço que se retire ou respeite minha opinião".

Mes, numa casa eclesialista, tudo ficou por aí, sem que os "deixei disso" precisassem interferir. O Deputado Mendonça de Moraes (PMDB-MG) que se disse religioso praticante, atacou: "A minha Igreja está com os braços estendidos demais para o horizonte, esquecendo-se de se elevar aos céus".

Todos queriam ler homenagens à CNBB que, a certa altura, em tom bem-humorado,

foram dispensadas por Dom Ivo. E teve quem não entendesse o objetivo da CNBB que, de acordo com D. Ivo, era ouvir sugestões e críticas ao documento dos bispos "Por uma Nova Ordem Constitucional".

A Deputada Sadie Hauche (PFL-AM), por exemplo, usou o microfone apenas para apresentar seu currículo: "Sou cabocla das barrancas do Amazonas, estudei na Inglaterra, deixei o conforto do meu lar e a empresa que eu criei, para me dedicar à Constituinte".

Mas o objetivo do encontro foi retomado pelo Deputado Jorge Hage (PMDB-AM), que disse esperar da CNBB propostas de mobilização popular e também assessoramento aos constituintes nos temas como aborto, divórcio, Reforma Agrária e questão indígena.

Ao final de três horas, a réplica do famoso "catezinho" da Câmara, só que no refeitório da CNBB e acompanhado de biscotinhos. Na avaliação dos bispos, feita ontem, foram significativas a presença de todos os partidos e o clima de diálogo que se instalou com os constituintes.